

A Racionalidade Antropológica em Face do Segredo

JOSÉ JORGE DE CARVALHO

Ouso afirmar que, quase sem exceção, todos os estudiosos dos cultos afro-brasileiros tradicionais (candomblés, xangôs, tambores de mina, etc.) já se depararam, e ainda se deparam, com a barreira do segredo, daquilo que não se penetra sem iniciação ou sem um longo período de intimidade e de confiança mútua com o grupo que se estuda. As vezes, uma pequena informação, um pequeno detalhe ritual não é revelado ao neófito por sua mãe ou pai de santo senão depois de anos de convívio e de prova. Apesar de que as relações não sejam hoje, possivelmente, tão fechadas e ortodoxas como há meio século atrás, a força do segredo e da confiança ainda existe, tanto para os pessoas de fora (como os estudiosos) quanto para os próprios membros. O segredo, como estes mesmos dizem, dá força à pessoa.

Conseqüentemente, a cada vez que uma informação factual é revelada, ou um detalhe do ritual é explicado, ou a participação em um certo evento é permitida ao estudioso, uma parte do sistema inteiro do culto, como repositório de um conhecimento iniciático e privilegiado, é posta à prova, pois fica aberto à discreção do estudioso o que revelar em seus escritos do que lhe foi dito ou do que pôde observar com seus próprios olhos.

Minha pesquisa dos xangôs tradicionais do Recife colocou-me na situação de saber sobre o culto o que poucos não-membros sabem e estou ainda a meio caminho de solucionar, para mim mesmo e para os meus próprios informantes, que parcela publicar em português de certos dados que obtive durante o trabalho de campo e que foram incluídos na minha tese doutoral, escrita em inglês (Carvalho, 1984).

Foi já com essa experiência, de haver penetrado até um certo grau na estrutura de segredo de um culto afro-brasileiro, que li o novo livro de Richard Price, *First Time. The Historical Vision of an Afro-American People*.* que, como todos os seus outros livros, refere-se aos Saramacás do Suriname. Como já fiz um trabalho de campo nesta mesma sociedade e conheci, pessoalmente, cinco dos principais informantes de Price, sinto-me especialmente motivado para discutir seu livro, que provocou em mim muitas lembranças do período que passei na selva surinamesa.

Os Saramacás, que vivem hoje às margens do Rio Suriname, são um dos cinco grandes grupos de negros cujos ancestrais escaparam das plantações do Suriname e se fixaram na parte densa da floresta, a partir de 1630. Depois de suportarem setenta anos de perseguições e batalhas quase ininterruptas contra as tropas holandesas, ganharam sua liberdade em 1762, quando assinaram um tratado de paz com o poder colonial e asseguraram para si as terras da selva onde até hoje vivem, em um regime de semi-autonomia com relação ao moderno estado surinamês. São conhecidos na literatura antropológica afro-americana como os “Negros da Selva” (termo alheio que inclui também os outros grupos: Djuca, Matawai, Boni e Paramacá) ou “Maroon societies” (sociedades de quilombos). Apesar de que houve repúblicas de escravos libertos em quase todos os países do Novo Mundo que receberam escravos (ver Price, 1979), o Suriname foi o único país onde sua experiência de fuga foi totalmente bem sucedida, a ponto de que conseguiram tornar-se quase um estado independente dentro do país.

Uma sociedade formada em cima da experiência de escravidão mais indigna e violenta (supõe-se que o sistema de plantações no Suriname foi o que causou maior desgaste humano contra a população escrava: tortura, mutilação e morte eram eventos quase diários na colônia), os Saramacás são, a um só tempo, um povo de um orgulho e uma auto-estima verdadeiramente extraordinários, já que conquistaram sua liberdade um século antes de que a escravidão fosse abolida em toda a colônia. Por outro lado, a mesma experiência de batalhas e fugas, traições e massacres, sobre a qual construíram sua sociedade tornou-os, até hoje, absolutamente desconfiados e distantes de qualquer homem branco ou de qualquer negro não descendente dos quilombos. É imbuída na própria educação da

* PRICE, Richard. *First Time. The Historical Vision of an Afro-American People*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983, 190 pp.

criança negra da selva o valor de jamais confiar integralmente num branco ou num mulato.

Tal como eles o vêem, seus ancestrais e fundadores foram um grupo de heróis que venceram uma guerra desigual contra os holandeses. E a área mais importante de toda a cultura Saramacá jaz, justamente, no assunto sobre o qual o sigilo é máximo: as histórias dos “primeiros tempos” (*fési-tén*), que dá título ao mencionado livro de Price. O que já se sabia (e que é o tema do livro) é que os anciãos Saramacás guardam uma riquíssima tradição oral sobre os eventos, as batalhas, os nomes dos primeiros escravos que escaparam de cada uma das plantações, os detalhes geográficos precisos das fugas e migrações, as genealogias completas dos principais heróis fundadores, etc. Em suma, detêm todo um sistema de conhecimento histórico que tem várias implicações até hoje; por exemplo, disputas sobre direitos à propriedade envolvem dados dos “primeiros tempos”, já que cada clã matrilineal invoca sua genealogia particular para reivindicar um determinado terreno às margens de um determinado arroio, afirmando que este foi avistado primeiro por um ancestral seu, quando o cruzou escapando de uma certa plantação, etc.

Sendo o núcleo mais importante da identidade coletiva Saramacá, o conhecimento sobre os “primeiros tempos” é secretíssimo, restrito a cada clã, ficando na memória de uns poucos anciãos que só o revelam pouco a pouco, obscuramente e nunca em demasia, para os homens de meia idade do seu clã que merecem sua confiança. As mulheres e os jovens sabem que esse conhecimento existe, mas não têm acesso a ele. Alguns dos dados sobre os “primeiros tempos” atingem uma área de poder enorme, pois acredita-se que o simples pronunciamento ou o mau uso do nome de um ancestral pode matar ou perturbar gravemente uma pessoa. Igualmente perigoso é divulgar a localização de vários *óbias* (objetos de poderes mágicos) e outros materiais sagrados enterrados há séculos em vários pontos da vasta selva. Os Saramacás acreditam que foram seus *óbias* que lhes permitiram vencer os holandeses.

As experiências de sua prolongada guerra de libertação ensinaram aos Saramacás a cuidar-se contra a traição, da qual foram vítimas muitas vezes. Assim, como Price bem o indica, o homem Saramacá, até hoje, tem que fortalecer-se moralmente, provar-se como um ser íntegro capaz de guardar segredos, antes que um ancião aceite contar-lhe algo, geralmente a sós, à hora chamada “o canto do galo” (mais ou menos às três da manhã), sobre os pri-

meiros tempos do seu clã. Tal transmissão deve ser sempre incompleta e obscura, pois um Saramacá nunca deve dizer tudo que sabe.

Voltemos agora, de novo, ao livro de Richard Price. Conforme ele explica, fez quase dois anos de trabalho de campo entre os Saramacás, entre 1966 e 1968, junto com sua esposa Sally Price e jamais recebeu qualquer instrução sobre os “primeiros tempos”. Durante os anos setenta, fez pesquisas históricas nos arquivos coloniais da Holanda, consultando diários das expedições militares aos Saramacás, informes sobre as plantações nos Séculos XVII e XVIII, etc. Finalmente, em 1976 e 1978 voltou aos Saramacás, agora, como ele diz, já um escritor e chefe de departamento em seu país, com uma reputação acadêmica estabelecida. Além desses novos atributos, compreendidos muito bem pelos Saramacás, trouxe um outro, angustiante e central, que discutirei a seguir: Price enfrentou os seus velhos informantes com um vasto e desnorteador conhecimento sobre os seus “primeiros tempos”, só com o que ele conseguiu aprender dos arquivos dos brancos! Certamente, atraído cada vez mais por uma história que é das mais comoventes de quantas já tive notícia, Price propôs, então, aos anciãos que lhe contassem a sua visão dos “primeiros tempos”, a qual, ele crê, chega até a ser mais detalhada e menos distorcida, depois de quase três séculos de transmissão oral, do que aquela transmitida pelos historiadores da colônia. Tal proposta dividiu a comunidade Saramacá, como ele mesmo conta. Alguns anciãos se recusaram inteiramente a prestar-lhe qualquer informação a respeito e julgaram seu projeto “bizarro e perigoso”; Price chama-os de seus “adversários” e faz um tributo à sua dignidade. Mas, como em todo lugar há sempre mais de um tipo de pessoas, finalmente, alguns anciãos do clã Matjau, com quem Price viveu (os Matjau vieram da plantação do judeu português Imanuel Machado, escapado da inquisição da Bahia), resolveram contar-lhe informações sobre suas histórias mais secretas.

Agora, esses preciosos fragmentos de história, traduzidos e brilhantemente comentados por Price, compõem o livro, que, indiscutivelmente, atesta a maestria do autor como acadêmico e especialista nesta área de estudos. A meu ver, ele conseguiu realizar uma pequena obra-prima de estudo etno-histórico. Mas, ao ler esses fragmentos, fui-me estarrecendo cada vez mais: como é possível que segredos de tal magnitude, nomes pronunciados poucas vezes durante uma vida inteira, detalhes de encontros e de estratégias contra os brancos, guardados por duzentos e cinquenta anos, cuidadosamente, para que não chegassem nunca aos ouvidos de seus

arqui-inimigos, estejam aí, impressos em grandes tipos Garamond, acessíveis agora a quantos brancos queiram conhecê-los? É essa sensação de profunda incomodidade que quero discutir aqui. Price sabe muito bem que seu livro destruirá, ou, pelo menos, atacará frontalmente um sistema inteiro de conhecimento baseado no segredo e na confiança, ou melhor, baseado na maturidade e na integridade de um adulto que mereceu saber. E Price mesmo afirma que os Saramacás são pessoas de grande estrutura moral e que os conhecimentos secretos sobre os “primeiros tempos” são ainda bem relevantes hoje em dia, dadas as novas formas de exploração econômica a que são submetidos pelo novo Estado surinamês. Ou seja, se a batalha contra os brancos ainda não terminou, maior razão ainda para não debilitar essa resistência política e cultural condensada em crípticos dados históricos.

Em outras palavras, se o objetivo do autor é mostrar como a visão histórica dos Saramacás é tão sofisticada, ou mais, que a dos holandeses, além de extremamente objetiva e “correta”, bastaria que apresentasse uma meia dúzia de fragmentos importantes dos “primeiros tempos” para refutar, de uma vez por todas, as velhas citações de Robert Lowie e Radcliffe-Brown sobre a falta de perspectiva histórica dos “povos primitivos”, colocadas como epígrafe do segundo capítulo do livro. Mas, qual a necessidade de publicar tudo que foi capaz de reunir, e perturbar um sistema completo de conhecimento e valores culturais? Afinal, o que interessa à Antropologia é compreender a importância do segredo sobre a história entre os Saramacás e não a mera espionagem de seu código cultural mais secreto.¹

Tudo se passa como se os Saramacás, que resistiram bravamente a dar o que não queriam para o homem branco, durante duzentos e cinquenta anos, foram, finalmente, derrotados por este antropólogo americano. Derrotados sim, mas não por vontade de todos, nem sequer pelo consentimento da maioria. Conforme o autor esclarece, seus informantes principais podem muito bem ser vistos como “traidores” por muitos Saramacás que discordaram de sua empresa. E aí vem o dilema do cientista social, tal como Price o expõe: qual deve ser nossa primeira fidelidade? Para com os indivíduos (ainda que poucos) que confiaram em nós, ou para com o coletivo? Ou

¹ Pretendo analisar, num trabalho futuro, exatamente o problema da transmissão do segredo e sua significação para a consciência histórica e a construção da identidade coletiva das sociedades afro-americanas.

para o internacional e rarefeito grupo humano que denominamos “mundo acadêmico”? A quem pertence o segredo, afinal?

Agora, em que medida é possível julgar Price? Quem tem esse direito? E ainda que alguém o tivesse, sob que sistema ético o faria? Não seria útil, talvez, procurar estabelecer uma ética profissional para os antropólogos, à semelhança de outras já existentes, como a dos psicanalistas, a dos médicos, etc.? Mas, se formular uma ética é difícil demais, pelo menos, já valeria a pena tentar compreender o que é que leva um antropólogo a colocar sua produção escrita adiante de quaisquer outras considerações, explícitas ou não.

Se contrastamos um antropólogo ocidental (como Price) com um homem Saramacá pesquisando sobre os “primeiros tempos”, podemos observar como operam com dois sistemas de valores bem distintos: o historiador Saramacá é também vítima da febre da curiosidade, da vontade de saber sempre mais e é essa mesma curiosidade que o leva a ter que suportar longas horas de reticência e espera à hora do “canto do galo”, em busca de um novo fragmento de história. Mas, o ideal Saramacá é de que o conhecimento deve ser adquirido e absorvido, mas nunca para ser divulgado integral e universalmente. O historiador Saramacá deve apenas sugerir, ou deixar vislumbrar que conhece. É neste jogo de sutileza do quase-dito que reside sua força e seu respeito. Por outro lado, o ideal do acadêmico, do antropólogo de profissão, é de que o conhecimento etnográfico deve ser adquirido, precisamente, para ser divulgado em sua totalidade, seja esse conhecimento secreto ou não em seu contexto original. Ou seja, a força do conhecimento do etnógrafo jaz em exibi-lo, quanto mais, melhor. No confronto desses dois sistemas de valores, Price foi o vencedor, porque o seu sistema permitiu-lhe penetrar mais a fundo no sistema de seus informantes e a recíproca não parece ter sido verdadeira.

Uma visão interessante e, aparentemente bem intencionada, sobre esse confronto com um sistema alheio de segredo é a expressão por Paul Stoller, num artigo recente (1984). Stoller penetrou na magia Songhay ao ponto de aceitar sua eficácia e, sendo sua posição basicamente de respeito, parece tomar o devido cuidado sobre como (e até que ponto) revelá-la para o mundo acadêmico. Mas, a revelação de “segredos tribais” por parte de antropólogos tem sido algo bem freqüente e digno de uma discussão mais ampla. Recentemente, por exemplo, Gilbert Herdt (1981) revelou, detalhadamente, a prática mais secreta de uma sociedade da Nova Guiné em seu

livro *Guardians of the Flutes* (trata-se de uma forma de homossexualismo masculino generalizado). Tal costume era ciosamente guardado de todas as outras sociedades vizinhas e, à diferença de Price, Herdt nem sequer busca avaliar as conseqüências de seu livro para o grupo humano por ele estudado. Outro exemplo típico e bem conhecido de apropriação da magia alheia (e segredo e poder mágico acabam sendo a mesma coisa, neste contexto) é o de Carlos Castañeda, que se tornou, realmente, um homem de poder com a revelação dos supostos conhecimentos arcanos do índio Don Juan. E, no caso do Brasil, penso no livro de Henri Clouzot (1951) (*Le Cheval des Dieux*, que tanta irritação causou a Édison Carneiro, 1964), que trouxe fotos sobre cenas rituais privadíssimas dos candomblés, expondo atos que, até hoje, em Recife são reservados estritamente aos iniciados.

Por que esse fascínio com o segredo dos outros? Como o Fausto da tragédia alemã, o acadêmico começa por querer saber mais e mais, por acumular mais e mais fatos sobre o assunto que estuda (no caso da Antropologia, seres humanos) e, depois de passar pelos quatro doutorados (Filosofia, Medicina, Jurisprudência e, por último, Teologia), resolve dedicar-se à magia, a qual não é outra coisa senão o conhecimento secreto, aquele que ainda traz algum poder especial. Só que a Antropologia exemplifica o mundo acadêmico moderno num estado já, extremamente, adiantado desse desgaste fáustico: com o desencantamento do mundo ocidental, perdeu-se a magia própria e o que resta então é conquistar a magia do outro, do “primitivo”, do grupo humano que se estuda.

Voltando ao nosso tema central, dado que a magia Saramacá mais potente reside no conhecimento de certos fragmentos de história, o antropólogo americano mencionado se envolveu tanto com a proximidade daquele poder, que chegou ao ponto de querer reter, ele mesmo, o segredo daqueles fragmentos, de procurar possuí-los de alguma forma. Inconsciente ou não, moveu-o o desejo de extrair algum tipo de poder, ainda que derivado apenas de ver-se transformado em autor das histórias em sua tradução para a língua inglesa. Price se fortaleceu como um mago da etnografia, deixando seus informantes carentes de sua magia original.

Aqui nos deparamos com um bom exemplo da atividade antropológica entendida exclusivamente como uma ciência. Como Charles Taylor (1982) explica muito bem, a atitude científica ocidental renunciou a uma relação de simpatia ou sintonia — a exemplo dos sábios renascentistas — com o mundo e, com isso, conseguiu tornar-

-se, realmente, superior em racionalidade (vista como um forma de distanciamento, de não deixar-se dominar por valores) a muitas outras tradições culturais do passado e do presente. Foi esse tipo específico de racionalidade científica o que permitiu a apropriação integral de uma magia alheia e Price, como um bom cientista ocidental, mostrou que é, certamente, mais racional que os Saramacás.

Da mesma forma que todos nós aderimos, em maior ou menor grau, ao ideal aristotélico do amor ao saber, também aprendemos a cultivar essa capacidade de deixar-se fascinar, de maravilhar-se pelas tradições culturais e simbólicas das outras sociedades. Assim, esse interesse fora do comum é, até certo ponto, esperado no encontro do antropólogo com o grupo estudado. E é indiscutível para mim que Price foi capaz de maravilhar-se, autenticamente, com essas comoventes histórias de uma sociedade de grandes lutadores pela liberdade. O interessante, que só pode ser compreendido se nos referimos ao sistema de valores do antropólogo, é esse contraste entre uma autêntica admiração pela tradição cultural do outro e a disposição racional para revelá-la em nome da ciência ocidental e em detrimento de seu valor contextual, tão bem conhecido pelo antropólogo. Como Clifford Geertz (1977), outro antropólogo da mesma tradição de Price, o admite, pareceria que a atividade antropológica não depende de nenhuma sensibilidade especial. Será que não?

Também no meu caso particular, maravilhei-me com o mundo do ritual, da música e do oráculo dos xangôs de Recife. Fazendo uma auto-crítica de meu próprio trabalho de campo, também, entendi algo desse desejo fáustico pelo conhecimento arcano, quando me vi impulsionado a desvendar certos segredos do xangô. Todavia, penso agora que não devo revelar, numa publicação que chegue, indiscriminadamente, às mãos de qualquer um (enfim, numa publicação científica), tudo que vi e observei sobre o ritual dos *eguns*, por exemplo. Minha proposta atual, para a construção da parte mais essencial de uma ética antropológica, é de que o que seja que escreva, deverá ser passado, de novo, pelo consenso dos membros, ou, pelo menos, pela aprovação da maioria. Neste sentido, a leitura de *First Time* escrito por um autor mais experiente que eu, serviu-me de advertência e, por isso, sou especialmente grato a Price.

Nosso cuidado, como antropólogos, ao entrarmos em contato com um mundo alternativo de formas simbólicas, deve ser o de preservá-lo, de contribuir para que prossiga. Se nos foi dada a sorte e a sensibilidade de descobrir algo de maravilhoso, devemos pro-

curar reunir ainda mais sensibilidade para não interferir, não provocar a sua desintegração ou o seu desencantamento. Pois, é o feitiço dos símbolos alheios que é capaz de provocar no antropólogo o desvio de sua atitude, que deveria ser, basicamente, humanista. Ao deparar-se com o belo, com o fascinante, acaba sendo tocado pela parte mais destrutiva de seu sistema de valores: o desejo de possuir, de ter para si o que é, simplesmente, ser para o grupo estudado. A famosa comparação feita por Suzuki sobre a rosa, vista por Tennyson (que quer possuir a flor) e a de Basho (que quer apenas contemplá-la) parece aqui apropriada.

Minha advertência final é no sentido de que nós, antropólogos, procuremos diminuir cada dia mais aquela distância humana, que era tão comum durante o período colonialista da disciplina, a qual levava os estudiosos a produzir obras para um círculo puramente acadêmico, deixando seus informantes num mundo separado, sem serem consultados. Hoje, interessa-nos recuperar, de algum modo, o elo entre esses dois mundos e a busca de um consenso entre o interesse acadêmico e o do grupo estudado é fundamental, no momento em que tenhamos que optar por escrever ou por calar a boca.

BIBLIOGRAFIA

- CARNEIRO, Edison. *Ladinos e Crioulos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- CARVALHO, José Jorge. *Ritual and Music of the Sango Cults of Recife, Brazil*. Tese de doutorado. Department of Social Anthropology, The Queen's University of Belfast, 1984.
- CLOUZOT, Henri. *Le Cheval des Dieux*. Paris: René Julliard, 1951.
- GEERTZ, Clifford. "From the Native's Point of View". In (J. Dolgin, D. Kemnitzer e D. Schneider, orgs.) *Symbolic Anthropology*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1977.
- HERDT, Gilbert. *Guardians of the Flutes*. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1981.
- HOLLIS, Martin e Steven LUKES (orgs.). *Rationality and Relativism*. Oxford; Basil Blackwell, 1982.
- PRICE, Richard. *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979.
- STOLLER, Paul. Eye, Mind and World in Anthropology, *L'Homme*, XXIV, pp. 91-114, 1984.
- TAYLOR, Charles. "Rationality". In (M. Hollis, M. e S. LUKES orgs.) *Rationality and Relativism*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.